

Pela Moralidade

Em cada grupo de cem brasileiros, praticamente noventa (em números redondos) reprovam o pagamento do jecton a deputados e senadores que não comparecem às sessões. A pesquisa de opinião que abrangeu nove capitais não deixa dúvida de que as explicações oficiais dos presidentes da Câmara e do Senado foram insatisfatórias. Como se

não bastasse remunerar a ausência, ainda se recorre a sessões extraordinárias com a mesma finalidade. A suspeita levantada pela defesa como preliminar também não convenceu: a que finalidade serviu o debate?

Vê-se mais claramente agora que o anseio de moralidade pública é generalizado e não exclui o Legislativo. Os cidadãos querem que o Legislativo e o Executivo sejam igualmente exemplos de probidade. Ninguém nega aos depu-

tados e senadores o direito a uma remuneração que corresponda à dignidade do mandato representativo. Mas isto não implica a aceitação do artifício de se considerar a ausência como presença, tanto mais que a forma de pagamento violenta o critério e burla o imposto de renda. Assim, não. Reforme-se com urgência (antes das eleições de 86) o procedimento como norma moral e política saneadora da República.